



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento



Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2008-2011 - 1ª Etapa

Cenário Macroeconômico do Distrito Federal - 2011



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Subsecretaria de Planejamento Governamental



Avaliação do Plano Plurianual - PPA 2008-2011 - 1ª Etapa
Cenário Macroeconômico do Distrito Federal - 2011

- 2011 -



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Subsecretaria de Planejamento Governamental



GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Agnelo Queiroz

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Nelson Tadeu Filippelli

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Luiz Paulo Barreto

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
José Agmar de Souza

Colaboração: Otávio Veríssimo Sobrinho
Auditor de Controle Interno

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
I. O CONTEXTO NACIONAL	06
I.I NÍVEL DA ATIVIDADE	06
I.II RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL	09
I.III INFLAÇÃO	12
II. O CONTEXTO DISTRITAL	14
II.I DESEMPENHO DA ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL – 2010	14
II.II DESEMPENHO DA ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL – 2011	14
II.III DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS – GESTÃO FISCAL	16
II.III.I RECEITAS	16
II.III.II DESPESAS	16
II.III.III RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	22
II.III.IV LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL	22
II.III.V LIMITES COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	23
II.III.VI DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	24
II.III.VII RESTOS A PAGAR	25
II.III.VIII RESULTADO PRIMÁRIO	25
II.III.IX RESULTADO NOMINAL	26
II.III.X DÍVIDA PÚBLICA	26
II.III.XI DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	27
II.III.XII OPERAÇÕES DE CRÉDITO	27
III. FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FCDF	28
IV. QUESTÕES FEDERATIVAS	29
V. CONCLUSÕES	30

APRESENTAÇÃO

A presente Análise do Cenário Macroeconômico do Distrito Federal, juntamente com o demonstrativo do Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Governo, compõe a primeira etapa da avaliação anual do desempenho do Plano Plurianual 2008-2011, conforme estabelece o art. 5º da Lei nº 4.007/2007, de 20 de agosto de 2007, alterado pela Lei nº 4.250/2008, de 14 de novembro de 2008.

Este documento apresenta uma análise da conjuntura macroeconômica, em termos nacional e local, a fim de avaliar o comportamento dos principais indicadores de desempenho, suas relações com a gestão governamental e os reflexos sobre o bem estar da população de modo geral.

A primeira seção é dedicada ao contexto nacional, na qual são analisados o nível da atividade, os resultados do Tesouro Nacional e o comportamento da inflação.

Na segunda seção, aborda-se o contexto distrital. Nela são antecipadas as estimativas preliminares do Produto Interno Bruto do Distrito Federal – PIB-DF para 2010 e 2011, bem como analisados os resultados da gestão fiscal do Governo do Distrito Federal.

Integra a terceira seção a evolução do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF que, embora não seja contabilizado no resultado fiscal, impacta significativamente o desempenho das contas públicas no DF.

Por fim, a quarta seção é dedicada à enumeração de pontos fundamentais do debate federativo que ora se trava no âmbito do Congresso Nacional e que, por decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, deverá culminar com a substituição, em janeiro de 2013, da fórmula atual de distribuição horizontal do Fundo de Participação dos Estados – FPE.

I. O CONTEXTO NACIONAL

I.I NÍVEL DE ATIVIDADE

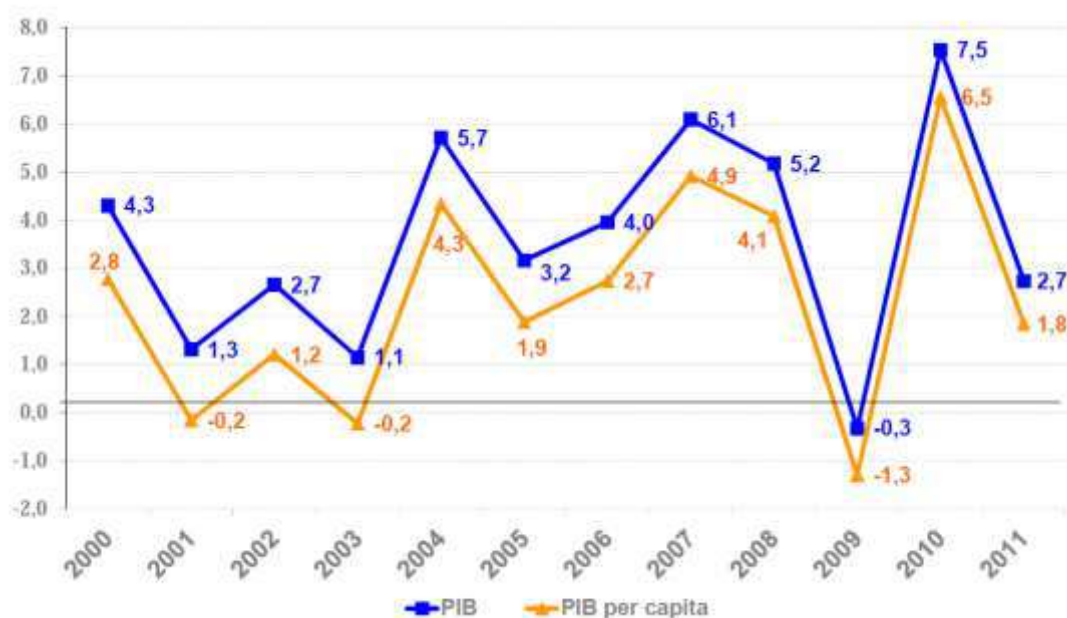
De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a economia brasileira cresceu 2,7% em 2011, após ter crescido 7,5% no ano anterior e contraído 0,3% em 2009.

Em valores correntes, a soma de todas as riquezas produzidas pela economia brasileira no ano passado alcançou R\$ 4.143 bilhões, sendo R\$ 3.530,9 bilhões (+ 2,5%) referentes ao Valor Adicionado a Preços Básicos e R\$ 612,1 bilhões (+ 4,3%) aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Segundo o IBGE, esse aumento dos impostos reflete, principalmente, o crescimento em volume de 11,4% do Imposto sobre Importação (II) e do aumento de 4,7% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sendo este último puxado pela venda de máquinas e equipamentos.

Em função desse crescimento da economia brasileira, O PIB per capita chegou a R\$ 21.252 (a preços de mercado), o que corresponde a uma variação, em volume, de 1,8% em relação a 2010. Por definição, o PIB per capita corresponde à divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano.

GRÁFICO I – PIB E PIB *per capita*



Fonte: IBGE

Considerando a expansão do Valor Adicionado das atividades no ano, o setor agropecuário registrou R\$ 192,7 bilhões (+ 3,9%), a indústria R\$ 972,2 bilhões (+ 1,6%), e o setor de serviços R\$ 2.366,1 bilhões (+ 2,7%).

O crescimento de 3,9% na Agropecuária deve-se ao fato de que várias culturas importantes registraram aumento de produção e ganhos de produtividade. Assim, beneficiada por condições climáticas favoráveis, a agricultura contabilizou safra recorde em 2011 (159,9 milhões de toneladas), com destaque para as seguintes culturas: algodão (72,6%), fumo (22%), arroz (19%), soja (9,2%) e mandioca (7,3%).

Na Indústria, o destaque foi o crescimento da atividade de *eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana* (3,8%) e da *construção civil* (3,6%). Conforme Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) esse crescimento da *Construção Civil* em 2011 é corroborado pelo aumento da população ocupada no setor (3,9%) e pelo desempenho do crédito direcionado (24,3%).

Serviços de informação (4,9%) e *intermediação financeira e seguros* (3,9%) foram os destaques do setor de serviços. *Comércio* e a atividade de *transporte, armazenagem e correio* apresentaram crescimento de 3,4% e 2,8%, respectivamente.

Da mesma forma, deve-se realçar o comportamento das atividades *outros serviços* e *administração, saúde e educação pública*, que cresceram, ambas, 2,3%; ou, ainda, *Serviços imobiliários e aluguel*, onde a expansão foi de 1,4%.

TABELA I – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CLASSES E RESPECTIVAS ATIVIDADES NO VALOR ADICIONADO A PREÇOS BÁSICOS – 2000/11

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (1)	2011 (1)	% das atividades na classe	
													2010	2011
Agropecuária	5,6	6,0	6,6	7,4	6,9	5,7	5,5	5,6	5,9	5,6	5,3	5,5	100,0	100,0
Indústria	27,7	26,9	27,1	27,9	30,1	29,3	28,9	27,9	27,9	26,8	28,1	27,5	100,0	100,0
Extrativa Mineral	1,6	1,5	1,6	1,7	1,9	2,5	2,9	2,3	3,2	1,8	3,0	4,1	10,6	14,8
Transformação	17,2	17,1	16,9	18,0	19,2	18,1	17,4	17,0	16,6	16,6	16,2	14,6	67,8	63,0
Construção Civil	5,5	5,3	5,3	4,7	5,1	4,9	4,7	4,9	4,9	5,3	5,7	6,8	20,1	21,0
Prod. e distr. de eletricidade, gás, água, esgoto e limp urb.	3,4	3,0	3,3	3,4	3,9	3,8	3,8	3,6	3,1	3,1	3,2	3,1	11,5	11,2
Serviços	66,7	67,1	66,3	64,8	63,0	65,0	65,9	66,8	66,2	67,6	66,8	67,0	100,0	100,0
Comércio	10,6	10,7	10,2	10,6	11,0	11,2	11,5	12,1	12,5	12,5	12,5	12,6	18,8	18,8
Transporte, armazenagem e correio	4,9	5,0	4,8	4,7	4,7	5,0	4,8	4,6	5,0	4,8	5,0	5,1	7,5	7,6
Serviços de Informação	3,6	3,5	3,6	3,6	3,8	4,0	3,8	3,8	3,8	3,6	3,2	3,0	4,8	4,5
Intermed. financeira, seguros, prev. complen. e serv. rel.	6,0	6,8	7,5	7,1	5,8	7,1	7,2	7,7	6,8	7,2	7,5	7,4	11,3	11,1
Outros Serviços	15,4	14,9	14,6	14,0	13,8	13,8	14,5	14,2	14,1	14,7	14,3	14,5	21,5	21,7
Ativ. imobiliárias e aluguel	11,3	10,7	10,2	9,6	9,1	9,0	8,7	8,5	8,2	8,4	7,8	7,9	11,8	11,8
Adm., saúde e educação públicas	14,9	15,5	15,5	15,1	14,7	15,0	15,3	15,5	15,8	16,3	16,2	16,3	24,3	24,4
Valor adicionado a Preços Básicos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Impostos sobre Produtos	15,4	16,4	16,1	15,6	16,5	16,6	16,5	16,3	17,5	15,9	16,8	17,0		
PIB a Preços de Mercado	115,4	116,4	116,1	115,6	116,5	116,6	116,5	116,3	117,5	115,9	116,8	117,0		

(1) Resultados calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Fonte: IBGE

Sob a ótica da demanda, a Despesa de Consumo das Famílias cresceu 4,1% (ante 6,9% em 2010). Destaque-se ser este o oitavo ano consecutivo de crescimento deste componente. Explicam esse comportamento a elevação em 4,8% da massa salarial dos trabalhadores, conforme Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), em termos reais; e o acréscimo, em termos nominais, de 18,3% do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas, segundo a Nota para Imprensa do BACEN: Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro. O consumo do governo cresceu 1,9% (4,2% em 2010)

A Formação Bruta de Capital Fixo, por seu turno, apresentou expansão de 4,7% (ante 21,3% em 2010). Contribuíram para esse resultado o desempenho da Construção civil (3,9% contra 12,9% em 2010) e a expansão da importação de Máquinas e equipamentos (6% frente a 30,4% no ano anterior).

O setor externo teve contribuição líquida de -0,7 p.p. em 2011 (-2,7 p.p. em 2010). Nesse contexto, as Exportações de Bens e Serviços tiveram crescimento de 4,5%, enquanto que as importações de Bens e Serviços se expandiram em 9,7%. A valorização cambial explica, em parte, esse desempenho: entre 2010 e 2011, a taxa de câmbio (medida pela média trimestral das taxas de câmbio R\$/US\$ de compra e venda) variou de 1,76 para 1,67.

A taxa de investimento em 2011 foi de 19,3% do PIB (inferior à verificada em 2010, que foi de 19,5%), enquanto a taxa de poupança foi de 17,2% (ante 17,5% no anterior).

TABELA II – TAXA ACUMULADA AO LONGO DO ANO

Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior (%)		4º Trim 2010	1º Trim 2011	2º Trim 2011	3º Trim 2011	4º Trim 2011
PIB a preços de mercado		7,5	4,2	3,8	3,2	2,7
Ótica da produção	Valor adicionado bruto da agropecuária	6,3	3,3	1,2	2,8	3,9
	Valor adicionado bruto da indústria	10,4	3,8	2,9	2,3	1,6
	Valor adicionado bruto dos serviços	5,5	4,0	3,8	3,2	2,7
Ótica da demanda	Despesa de consumo das famílias	6,9	6,0	5,8	4,8	4,1
	Despesa de consumo da administração pública	4,2	1,8	2,7	2,2	1,9
	Formação bruta de capital fixo	21,3	8,8	7,5	5,7	4,7
	Exportação de bens e serviços	11,5	4,0	5,2	4,8	4,5
	Importação de bens e serviços (-)	35,8	13,4	14,1	11,0	9,7

Fonte: IBGE

I.II RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – em 2011 foi superavitário em R\$ 93,5 bilhões frente a um superávit de R\$ 78,8 bilhões apurado em 2010, o que corresponde a um aumento de R\$ 17,7 bilhões ou 18,7% na comparação entre os dois exercícios.

O resultado alcançado em 2011 corresponde a 2,26% do PIB, ante 2,09% do PIB no ano anterior, decorre de um crescimento de R\$ 7,4 bilhões (6,1%) no Superávit do Tesouro Nacional e de uma redução de R\$ 7,3 bilhões (17,1%) no déficit da Previdência Social.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 757,4 bilhões em 2011, registrando um crescimento de R\$ 37,9 bilhões (6,1%) em relação a 2010. Contribuíram para esse resultado:

- a. Crescimento do IRPJ (16,8%) e da CSLL (26,8%);
- b. Incremento da arrecadação de Cofins (13,2%) e PIS/Pasep (3,2%);
- c. Aumento da arrecadação de IRPF (21,5%);
- d. Crescimento da arrecadação de IPI (17,3%).

Destaque-se, ainda, a redução de 33,1% verificada no grupo das demais receitas, em relação ao exercício de 2010. Tal comportamento é explicado pelo ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa de exploração de petróleo em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 439,2 bilhões, o que corresponde a 10,62% do PIB, contra 11,74% nos 12 meses anteriores. Em termos nominais, o decréscimo registrado foi de R\$ 3,2 bilhões (0,7%) em relação a 2010.

Excetuando-se a despesa de R\$ 42,9 bilhões referente à capitalização da Petrobras em 2010, a variação anual das despesas do Tesouro Nacional atinge 9,9%, representando 0,03 p.p. do PIB. Os gastos com pessoal e encargos cresceram 7,7% em 2011, e os relativos a custeio e capital, excluindo a capitalização da Petrobras, 11,2%. Os investimentos totais aumentaram 0,8% e os investimentos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 26,9%.

O déficit da Previdência Social totalizou R\$ 35,5 bilhões em 2011, reduzindo-se 0,28 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. Contribuiu significativamente para esse resultado o crescimento da massa salarial no período, o que implicou em incremento de 16% na arrecadação líquida. Já as despesas com benefícios previdenciários elevaram-se em 10,4% no ano, impactadas pelo aumento de 6,5% no valor médio das aposentadorias e auxílios, e de 3,7% na quantidade média mensal de benefícios pagos.

TABELA III – RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL 2010-2011

(EM MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	NOV	DEZ	JAN - DEZ	
	2011	2011	2010	2011
I. RECEITA TOTAL	79.736,3	100.362,3	919.773,3	990.406,1
I.1. Receitas do Tesouro	58.973,7	64.710,5	705.297,4	741.296,7
I.1.1. Receita Bruta (1)	60.791,5	65.556,4	719.530,9	757.428,7
I.1.1.1. Impostos	27.889,0	32.952,3	296.455,4	355.892,6
I.1.1.2. Contribuições	23.068,8	22.767,6	249.829,5	285.659,5
I.1.1.3. Demais	9.833,7	9.836,5	173.246,1	115.876,7
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	0,0	0,0	74.807,6	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.817,9	-845,2	-14.134,9	-15.858,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-0,7	-98,6	-273,9
I.2. Receitas da Previdência Social	20.559,0	34.699,2	211.968,4	245.891,9
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	20.139,3	34.176,6	207.154,0	240.535,9
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	419,7	522,6	4.814,4	5.356,0
I.3. Receitas do Banco Central	203,7	952,7	2.507,5	3.217,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	15.152,4	19.377,7	140.678,3	172.483,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-III)	64.583,9	80.984,6	779.095,0	817.922,8
IV. DESPESA TOTAL	59.873,5	78.971,9	700.322,1	724.403,1
IV.1. Despesas do Tesouro	34.757,5	48.430,2	442.436,2	439.195,9
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	15.303,9	18.847,0	166.486,4	179.277,0
IV.1.2. Custeio e Capital	19.268,4	29.407,8	274.707,8	257.783,1
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.414,0	2.847,5	30.310,7	34.660,0
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	605,5	881,8	8.039,0	10.522,3
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	2.112,7	2.121,2	22.234,2	24.904,8
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	42.927,8	0,0
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.136,2	23.557,3	171.196,1	187.696,1
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	10.158,9	14.814,7	124.089,6	140.195,8
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	3.977,3	8.742,5	47.106,5	47.500,3
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	185,2	175,4	1.242,0	2.135,7
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	24.775,7	29.813,3	254.858,6	281.438,2
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	18.600,1	24.150,4	198.769,5	220.003,3
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	6.175,6	5.662,9	56.089,1	61.434,9
IV.3. Despesas do Banco Central	340,3	728,4	3.027,4	3.769,0
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	4.710,4	2.012,7	78.772,9	93.519,7
VI.1. Tesouro Nacional	9.063,7	-3.097,5	122.182,9	129.617,5
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-4.216,7	4.885,9	-42.890,2	-35.546,3
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	1.539,2	10.026,2	8.384,5	20.532,6
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-5.755,9	-5.140,3	-51.274,6	-56.078,8
VI.3. Banco Central (6)	-136,6	224,3	-519,9	-551,6
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,09%	2,26%

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

Fonte: Ministério da Fazenda/Departamento do Tesouro Nacional

As transferências para Estados, Municípios e o Distrito Federal totalizaram R\$ 172,5 bilhões (4,17 do PIB), elevando-se 22,6% em relação a 2010. Contribuíram para esse desempenho:

- Crescimento de R\$ 24,4 bilhões (23,1%) nas transferências constitucionais (FPE, FPM, FCDF e outros); e
- Incremento de R\$ 4 bilhões (74,3%) nas transferências do FUNDEB.

Destaque-se, por oportuno, que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrentes da concessão de apoio financeiro da União aos entes federados (Lei nº 12.058/2009), referente à parcela de pagamento remanescente; e, em abril de 2010, o apoio financeiro da União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800 milhões (MP nº 485/2010). Esses valores não tiveram equivalentes em 2011.

No tocante à evolução da Dívida Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, registrou-se decréscimo de 1,8 p.p., passando de 24,1% em dezembro de 2010, para 22,4% em dezembro de 2011. Registre-se, contudo, a ocorrência no mesmo período de aumento nominal da Dívida em R\$ 15,6 bilhões. Isso se explica pelo crescimento de R\$ 22,5 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida e pela redução de R\$ 6,9 bilhões no estoque da Dívida Externa Líquida.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional diminuiu 1,4 p.p. do PIB, passando de 21,8% para 20,4%. Em termos nominais, a Dívida Interna Líquida passou de R\$ 820,5 bilhões em dezembro de 2010, para R\$ R\$ 843 bilhões em dezembro de 2011. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 219,5 bilhões no estoque da Dívida Interna Bruta e de R\$ 196,9 bilhões nos haveres internos.

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 82,9 bilhões em dezembro de 2011, o que corresponde a uma redução nominal de R\$ 6,9 bilhões em relação aos R\$ 89,8 bilhões contabilizados em dezembro de 2010. Como proporção do PIB, essa redução foi de 0,4 p.p.

Do estoque total da Dívida Externa, a Dívida Mobiliária corresponde a 86,1% (R\$ 71,7 bilhões) e a Dívida Contratual representa 13,9% (R\$ 11,6 bilhões).

I.III INFLAÇÃO

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, indicador oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias, fechou o ano de 2011 em 6,5%. Trata-se da maior variação registrada desde 2004 (7,6%) e situa-se 0,59 p.p. acima da taxa de 5,91% de 2010.

De acordo com o IBGE, órgão responsável pelo cálculo do índice, a maioria dos grupos de produtos e serviços pesquisados apresentou variação maior que a do ano anterior.

O grupo que mais subiu foi “transportes”, que passou de 2,41% em 2010 para 6,05% em 2011. Esse salto nos preços (3,64 p.p. de um ano para o outro) deve-se, entre outros motivos, aos aumentos verificados em vários itens importantes no orçamento familiar, como passagens aéreas e combustíveis.

As exceções foram “alimentação e bebidas” (de 10,39% para 7,18%) e “artigos de residência (de 3,53% para 0,00%).

TABELA IV – INFLAÇÃO IPCA: 2010 – 2011

GRUPO	VARIAÇÃO (%)		IMPACTO (p.p.)	
	2010	2011	2010	2011
IPCA	5,91	6,50	5,91	6,50
Alimentação e Bebidas	10,39	7,18	2,34	1,69
Habitação	5,00	6,75	0,66	0,89
Artigos de Residência	3,53	0,00	0,15	0,00
Vestuário	7,52	8,27	0,51	0,57
Transporte	2,41	6,05	0,46	1,13
Saúde e Cuidados Pessoais	5,07	6,32	0,55	0,68
Despesas Pessoais	7,37	8,61	0,75	0,89
Educação	6,22	8,06	0,44	0,57
Comunicação	0,88	1,52	0,05	0,08

Fonte: IBGE

Apesar de os preços de “alimentação e bebidas” terem crescido menos, este foi o grupo que exerceu o maior impacto inflacionário no ano. O grupo reúne gastos que correspondem a 23,46% do orçamento das famílias e a 26% do índice oficial de inflação. No grupo, as altas mais expressivas referem-se a alimentos consumidos fora do domicílio, cujos preços subiram 10,49% em 2011, contra a alta de 9,81% registrada em 2010.

Das onze regiões pesquisadas pelo IBGE, o maior resultado foi registrado em Curitiba (7,13%), em virtude do aumento nos preços da alimentação fora do domicílio, que chegou a 16,20%. No outro extremo, Belém ficou com o menor índice (4,74%), sobretudo em função das variações de preços verificadas no grupo “alimentação e bebidas”, com 5,59%. Em Brasília foi registrada a segunda maior alta, com índice de 7,01%.

TABELA V – IPCA POR REGIÃO

Região	Peso Regional (%)	Variação Mensal (%)		Acumulado Ano
		Novembro	Dezembro	
Brasil	100,00	0,52	0,50	6,50
Salvador	6,87	0,71	0,98	6,50
Recife	4,10	0,62	0,77	6,04
Rio de Janeiro	13,68	0,46	0,66	6,57
Brasília	3,37	0,46	0,65	7,01
Goiânia	3,73	0,73	0,52	6,18
Fortaleza	3,87	0,74	0,50	6,45
Belém	4,15	0,67	0,45	4,74
Belo Horizonte	10,83	0,31	0,43	6,79
Curitiba	7,42	0,30	0,43	7,13
São Paulo	33,06	0,52	0,40	6,49
Porto Alegre	8,92	0,58	0,19	6,53

Fonte: IBGE

II. O CONTEXTO DISTRITAL

Levantamento realizado pelo Núcleo de Contas Regionais da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN apresenta indicadores preliminares de volume (taxas reais) e valores correntes para o Produto Interno Bruto do Distrito Federal – PIB-DF, referentes aos anos de 2010 e 2011.

O Produto Interno Bruto é o principal indicador de análise de desempenho de uma economia e o PIB-DF representa toda a renda gerada na economia do Distrito Federal pelos diversos agentes produtores no período de um ano.

Para o conjunto do país, o PIB é medido sob três óticas: produção, renda e demanda. Todavia, isso não ocorre no âmbito das unidades federativas, como no caso do Distrito Federal, para o qual o indicador é apresentado apenas sob a ótica da produção, dada a insuficiência de informações regionalizadas.

O levantamento realizado com base em informações a respeito da produção permite estimar o valor adicionado bruto das principais atividades econômicas, expresso em valores correntes, bem como seus indicadores de crescimento em volume. O valor adicionado somado aos impostos sobre produtos gera o PIB a preço de mercado.

Os resultados apresentados pela CODEPLAN poderão sofrer ajustes quando da divulgação definitiva das Contas Nacionais, em conjunto com o IBGE.

II.I DESEMPENHO DA ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL – 2010

As estimativas para 2010, já apresentadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, quando da 1ª etapa do processo de avaliação do último ano do Plano Plurianual 2008-2011, foram revistas e passaram a mostrar que o PIB-DF a preço de mercado cresceu 3,5% frente a 2009, com valor estimado em R\$ 146.5 bilhões.

De acordo com os cálculos da CODEPLAN, o valor adicionado cresceu 3,4% e os impostos sobre os produtos 4,5% em 2010. **(Vide Anexo – Variação do PIB (Brasil X Distrito Federal))**

II.II DESEMPENHO DA ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL – 2011

Os cálculos da CODEPLAN para 2011 mostram que o PIB-DF cresceu 2,4% frente ao resultado estimado para 2010, acumulando R\$ 161,4 bilhões. Essa expansão resultou dos crescimentos de 2,4% do valor adicionado a preços básicos e também de 2,4% dos impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

A análise por setor de atividade revela que, em relação ao desempenho de 2010:

- a. A agropecuária cresceu 24,5%, recuperando o nível de produção de suas culturas;
- b. A produção industrial subiu 3,0%, impulsionada pela construção civil, que cresceu 3,6% em virtude do aumento do crédito para moradia; e pelo incremento de 2,1% na indústria de transformação, com destaques para a fabricação de cimento, alimentos e bebidas.
- c. O setor de serviços registrou alta de 2,2%, com crescimento generalizado das atividades, destacando-se o comércio (4,4%); intermediação financeira, seguros e previdência complementar (3,1%) e atividade imobiliária e aluguel (3,0%).

Da mesma forma, a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED-DF aponta aumento de 1,7% no nível de ocupação registrado em 2011 frente ao verificado em 2010. Contribuiu para esse resultado a geração de 20 mil postos de trabalho e redução do contingente de desempregados em 17 mil. Segundo a CODEPLAN, a taxa média de desemprego diminuiu, passando de 13,6% em 2010 para 12,4% em 2011.

A participação do setor público cresceu 2% em relação a 2010. Conquanto deva ser mantida sua grande representatividade na composição do PIB-DF, em função de Brasília ser a Capital da República, a tendência é que gradativamente a economia do Distrito Federal reduza sua dependência em relação às atividades do setor público. Isto porque, dada a sua localização estratégica, o Distrito Federal deverá se consolidar como polo comercial e de prestação de serviços de grande relevância econômica regional.

II.III DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS – GESTÃO FISCAL

Os dados apresentados a seguir são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais elaborados pela Secretaria de Estado da Fazenda e publicados no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, em cumprimento ao que determina o § 4º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

II.III.I RECEITAS

Em 2011, o Distrito Federal apresentou uma Receita Total realizada de R\$ 13,859 bilhões contra uma Despesa Total empenhada de R\$ 13,808 bilhões.

TABELA VI – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA 2010-2011

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA					
EM MIL REAIS					
RECEITAS	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2011	RECEITAS REALIZADAS - JANEIRO A DEZEMBRO			
		2011	REALIZADA/ PREVISTA (%)	2010	VARIAÇÃO NOMINAL 2011/2010 (%)
RECEITAS CORRENTES	14.714.694	13.389.304	90,99	12.047.043	11,14
Receitas Tributárias	10.256.478	9.366.541	91,32	8.352.922	12,13
Receitas de Contribuições	1.358.081	1.236.037	91,01	1.102.899	12,07
Receita Patrimonial	309.796	383.423	123,77	345.357	11,02
Receita Agropecuária	12	10	85,13	21	(51,83)
Receita Industrial	2.704	3.547	131,16	2.910	21,89
Receita de Serviços	382.364	328.814	85,99	312.385	5,26
Transferências Correntes	1.492.771	1.397.037	93,59	1.255.264	11,29
Outras Receitas Correntes	750.183	671.106	89,46	673.261	(0,32)
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	162.304	7.033	4,33	6.725	4,59
Deduções da Receita	-	(4.243)	-	(4.700)	-
RECEITAS DE CAPITAL	1.951.342	470.047	24,09	497.271	(5,47)
Operações de Crédito	1.110.171	153.229	13,80	292.024	(47,53)
Alienação de Bens	42.006	28.402	67,61	67.367	(57,84)
Amortizações	14.527	5.415	37,27	12.815	(57,75)
Transferências de Capital	784.148	283.001	36,09	125.065	126,28
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	490	-	-	-	-
TOTAL	16.666.036	13.859.351	83,16	12.544.313	10,48

Fonte: SIAC/SIGGO

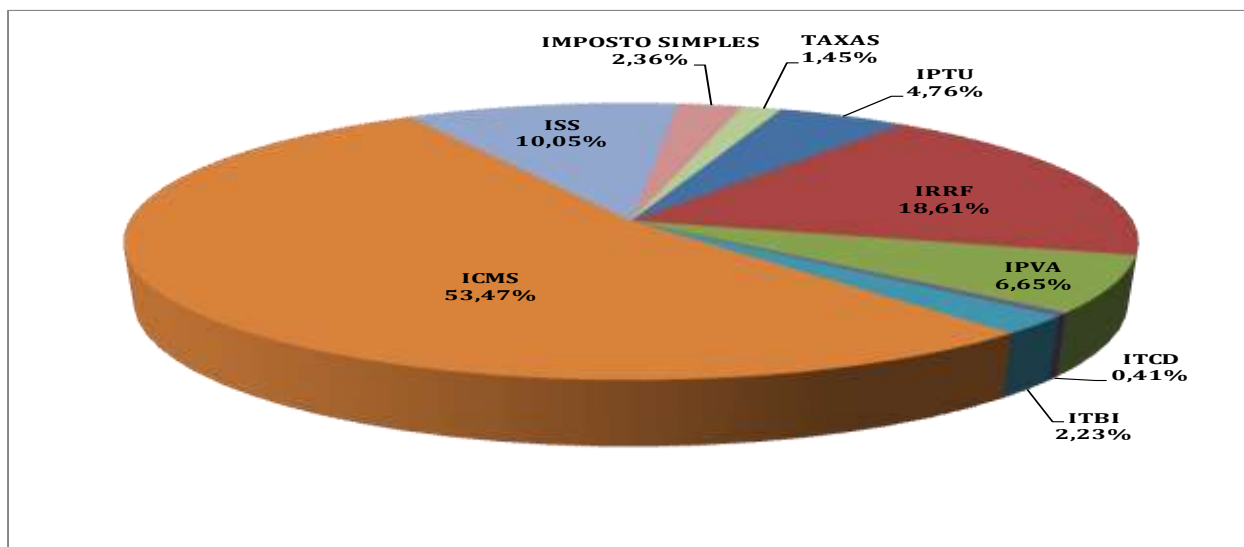
As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R\$ 9,4 bilhões, com um aumento na arrecadação, em termos nominais, de 12,13% em relação ao realizado no mesmo período do ano anterior, decorrente do desempenho favorável da economia e do desempenho de ação fiscalizadora.

A tabela e o gráfico que se seguem destacam as receitas tributárias realizadas no ano de 2011, os respectivos valores previstos e realizados a variação nominal de 2011/2010 e a participação, em termos percentuais, de cada uma delas.

RECEITA TRIBUTÁRIA						<i>EM MIL REAIS</i>
RECEITAS	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO 2011	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO				
		2011	REALIZADA/ PREVISTA (%)	2010	VARIAÇÃO NOMINAL 2011/2010 (%)	
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.256.478	9.366.541	91,32	8.352.922	12,13	
IPTU	452.092	446.247	98,71	400.009	11,56	
IRRF	1.726.277	1.742.844	100,96	1.503.877	15,89	
IPVA	562.169	622.810	110,79	537.171	15,94	
ITCD	37.338	38.649	103,51	33.194	16,43	
ITBI	230.747	208.675	90,43	209.862	(0,57)	
ICMS	5.968.924	5.008.749	83,91	4.493.609	11,46	
ISS	978.616	941.304	96,19	856.498	9,90	
IMPOSTO SIMPLES	158.335	221.399	139,83	193.125	14,64	
TAXAS	141.979	135.865	95,69	125.577	8,19	

FONTE: SIAC/SIGGO

GRÁFICO II – COMPOSIÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2011



Fonte: SIAC/SIGGO

As receitas provenientes do Imposto incidente sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, principal tributo estadual, que equivalem a 53,47% da receita tributária realizada, apresentaram arrecadação de R\$ 5,0 bilhões, com uma realização de 83,91% da previsão anual. O valor realizado proporcionou uma variação nominal positiva de 11,46% em comparação com o efetivado no mesmo período do ano anterior.

O Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF apresentou um crescimento de 15,89% em relação ao mesmo período do ano anterior, com uma arrecadação de R\$ 1,7 bilhão. Esse incremento decorreu do realinhamento dos salários, reestruturação de quadros de diversas carreiras e reestrutura e aumento das funções comissionadas.

O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA alcançou um montante de R\$ 622,8 milhões, superior em 15,94% do valor realizado no ano de 2010. A participação do IPVA no total das receitas tributárias realizadas em 2011 foi de 6,65, sendo realizados 110,79% do previsto para 2011.

Com relação ao Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCD, a realização somou R\$ 38,6 milhões, representando um crescimento de 16,43% em relação a 2010, com uma realização de 103,51% do valor previsto.

O Imposto sobre Serviços – ISS apresentou uma variação nominal positiva de 9,90% se comparado com o realizado no mesmo período de 2010, sendo arrecadados R\$ 941,3 milhões, com uma realização de 96,19 % da receita prevista para o exercício.

As Transferências Correntes (1,397 milhões) representaram 10,44 % das Receitas Correntes realizadas (13,389 milhões), sendo compostas pelas transferências constitucionais e legais da União. Com relação ao mesmo período de 2010, verificou-se um aumento de 11,29 % nos ingressos dessas receitas.

TABELA VII – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 2010-2011

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						<i>EM MIL REAIS</i>
RECEITAS	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO 2011	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO				
		2011	REALIZADA/ PREVISTA (%)	2010	VARIÇÃO NOMINAL 2011/2010 (%)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.492.771	1.397.037	93,59	1.255.264	11,29	
FPE	405.615	414.726	102,25	336.680	23,18	
FPM	105.148	110.092	104,70	87.810	25,38	
Salário Educação	200.387	189.261	94,45	164.872	14,79	
ITR	1.197	557	46,54	421	32,30	
IPI Exportação	3.092	5.575	180,32	4.766	16,98	
LEI 87/96 - Lei Kandir	23.025	15.790	68,58	15.790	-	
Recursos do SUS	575.100	527.153	91,66	511.179	3,12	
Alimentação Escolar	20.980	33.830	161,25	32.357	4,55	
CIDE	33.897	29.861	88,09	25.413	17,50	
Convênios	86.235	38.294	44,41	40.134	(4,58)	
Outras Transferências	38.094	31.897	83,73	35.840	(11,00)	

Fonte: SIAC/SIGGO

O item Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS atingiu R\$ 527,1 milhões, representando um acréscimo de 3,12%, se comparado ao mesmo período de 2010, sendo realizadas 91,66% da receita prevista para o exercício de 2011.

O segundo item mais significativo foi o Fundo de Participação dos Estados - FPE que participou com 29,69 % do total realizado das transferências correntes e apresentou uma variação nominal positiva de 23,18 % em relação a 2010.

As Receitas de Capital atingiram o valor de R\$ 470,0 milhões e contemplaram os ingressos referentes às Operações de Crédito R\$ 153,2 milhões, Alienação de Bens R\$ 28,4 milhões, Amortizações de Empréstimos R\$ 5,4 milhões e Transferências de Capital 283,0 milhões. Foram realizadas nessa rubrica 24,09% da previsão anual.

TABELA VIII – RECEITAS DE CAPITAL 2010-2011

RECEITAS DE CAPITAL						<i>EM MIL REAIS</i>
RECEITAS	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO 2011	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO				
		2011	REALIZADA/ PREVISTA (%)	2010	VARIÇÃO NOMINAL 2011/2010 (%)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.951.342	470.047	24,09	497.271	(5,47)	
Operações de Crédito	1.110.171	153.229	13,80	292.024	(47,53)	
Operações de Crédito Internas	414.949	109.914	26,49	125.512	(12,43)	
Operações de Crédito Externas	695.222	43.315	6,23	166.512	(73,99)	
Alienação de Bens	42.006	28.402	67,61	67.367	(57,84)	
Amortização de Empréstimos	14.527	5.415	37,27	12.815	(57,75)	
Transferências de Capital	784.148	283.001	36,09	125.065	126,28	
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	490	-	-	-	-	

Fonte: SIAC/SIGGO

Os ingressos de recursos através de Operações de Crédito, que proporcionaram uma receita de R\$ 153,2 milhões, deveram-se principalmente às operações internas no valor de R\$ 109,9 milhões, com ênfase para o Programa de Transportes, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para aquisição de trens e equipamentos do METRÔ.

As Transferências de capital, formadas em sua totalidade pelas transferências de convênios, principalmente entre a TERRACAP e a NOVACAP, apresentaram uma realização de R\$ 283 milhões, com uma variação nominal positiva de 126,28 % em relação a 2010.

II.III.II DESPESAS

As despesas realizadas no 3º quadrimestre de 2011 totalizaram R\$ 13,8 bilhões, correspondentes a 76,46% da dotação autorizada. Observa-se um crescimento de 14,30% se comparado ao mesmo período do ano anterior.

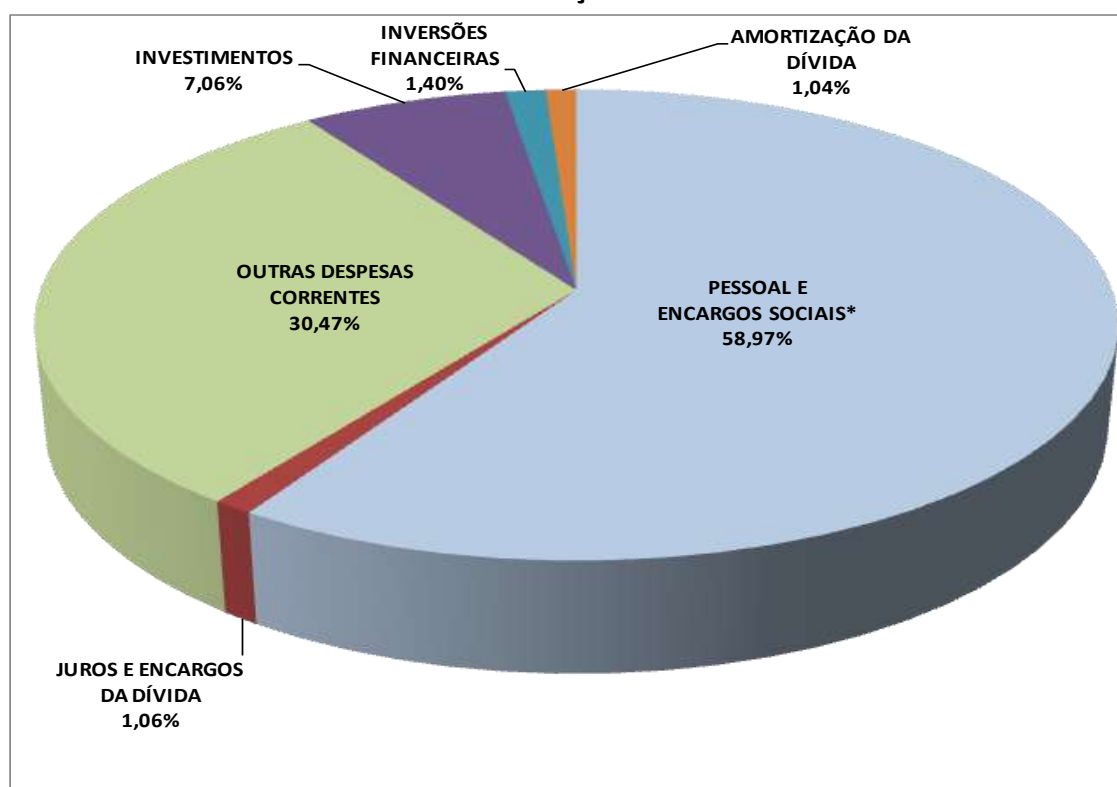
TABELA IX – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA 2010-2011

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA						EM MIL REAIS
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	EMPENHADA - JANEIRO A DEZEMBRO				
		2011	EXECUTADA/AUTORIZADA (%)	2010	VARIÇÃO NOMINAL 2011/2010 (%)	
DESPESAS CORRENTES	14.247.249	12.496.114	87,71	10.981.411	13,79	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS*	8.404.957	8.142.076	96,87	6.859.819	18,69	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	148.198	146.863	99,10	138.980	5,67	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.694.094	4.207.175	73,89	3.982.611	5,64	
DESPESAS DE CAPITAL	3.564.949	1.311.953	36,80	1.291.328	1,60	
INVESTIMENTOS	3.181.761	974.861	30,64	1.041.463	(6,40)	
INVERSÕES FINANCEIRAS	238.027	193.204	81,17	119.628	61,50	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	145.161	143.888	99,12	130.238	10,48	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	247.619	-	-	0	-	
TOTAL	18.059.817	13.808.066	76,46	12.272.739	14,30	

Fonte: SIAC/SIGGO

No que se refere à composição da Despesa, o grupo Pessoal e Encargos Sociais detêm 58,97% de participação no total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes com 30,47%, Investimentos e Inversões Financeiras com 8,46% e Serviço da Dívida com 2,10%.

GRÁFICO III – COMPOSIÇÃO DA DESPESA 2011



Fonte: SIAC/SIGGO

A categoria econômica “Despesas Correntes” registra as despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. No período analisado, as despesas correntes totalizaram R\$ 12,5 bilhões, representando uma realização de 87,71 % do valor fixado para o ano.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 8,1 bilhões, correspondendo a 96,87 % da previsão anual e 18,69% de crescimento em relação ao mesmo período de 2010. Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 146,9 milhões, correspondendo a 99,10% da previsão anual.

As Outras Despesas Correntes que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado, totalizaram R\$ 4,2 bilhões, correspondentes a 73,89% do fixado para o ano, apresentando um aumento de 5,64% em relação ao mesmo período de 2010.

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 1,3 bilhão. Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 974,9 milhões, seguido de Inversões Financeiras com R\$ 193,2 milhões e da Amortização da Dívida com valor de R\$ 143,9 milhões. Destacaram-se as despesas com Inversões Financeiras que apresentaram um crescimento nominal de 61,50% comparado a 2010.

TABELA X – RECEITAS E DESPESAS 2011

QUADRO COMPARATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS				
<i>EM MIL REAIS</i>				
ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS		DESPESAS EMPENHADAS	
	JANEIRO A DEZEMBRO 2011	REALIZADA/ PREVISTA (%)	JANEIRO A DEZEMBRO 2011	EXECUTADA/ AUTORIZADA (%)
CORRENTES	13.389.304	90,99	12.496.114	87,71
CAPITAL	470.047	24,09	1.311.953	36,80
TOTAL	13.859.351	83,16	13.808.066	76,46

Fonte: SIAC/SIGGO

II.III.III RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O fruto das receitas realizadas em montante de R\$ 13,9 bilhões, equivalente a 83,16% da previsão anual e despesas empenhadas no valor de R\$ 13,8 bilhões, correspondente a 76,46 da previsão anual, foi a apuração de superávit orçamentário.

O Distrito Federal gerou poupança da ordem de 893,2 milhões, absorvendo o déficit nas contas de capital de R\$ 841,9 milhões, e, por conseguinte alcançando um superávit orçamentário da ordem de R\$ 51,3 milhões.

Quando computado o saldo de exercícios anteriores (superávit financeiro) no valor de R\$ 665,4 milhões, alcançamos um superávit real de R\$ 716,7 milhões.

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos em 2010 e 2011, de modo a que possa estabelecer um comparativo entre os dois exercícios.

TABELA XI – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO 2010-2011

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO A DEZEMBRO		
	2011	2010	VARIAÇÃO NOMINAL 2011/2010 (%)
	RESULTADO DO ORÇAMENTO CORRENTE	893.190	1.065.632
RESULTADO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL	(841.906)	(794.057)	6,03
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (SUPERÁVIT)	51.285	271.575	(81,12)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (SUPERÁVIT)	665.462	612.157	8,71
SUPERÁVIT REAL	716.746	883.731	(18,90)

Fonte: SIAC/SIGGO

II.III.IV LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL

Merece atenção especial os gastos com pessoal, em virtude das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. As despesas do Poder Executivo com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram dentro dos limites legais, alcançando 46,10 % da Receita Corrente Líquida apurada de R\$ 12,8 bilhões.

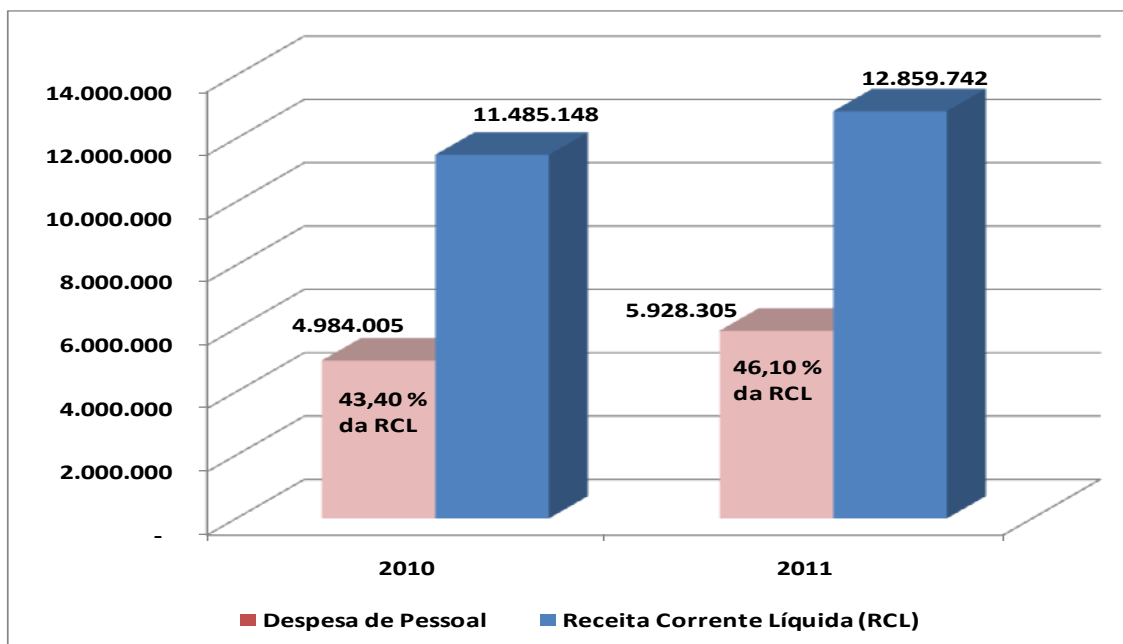
TABELA XII – GASTOS COM PESSOAL

DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO	JANEIRO A DEZEMBRO			
	2010		2011	
	EM MIL REAIS	% SOBRE A RCL	EM MIL REAIS	% SOBRE A RCL
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP	4.984.005	43,40	5.928.305	46,10
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	11.485.148		12.859.742	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	5.346.337	46,55	5.986.210	46,55
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 LRF)	5.627.723	49,00	6.301.273	49,00

Fonte: SIAC/SIGGO

O gráfico a seguir demonstra o índice da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida no 3º quadrimestre de 2011 comparativamente ao mesmo período de 2010.

GRÁFICO IV – DESPESA COM PESSOAL/RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2010-2011



Fonte: SIAC/SIGGO

II.III.V LIMITES COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração dos profissionais da educação, a manutenção dos ensinos, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Em 2011, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino totalizaram R\$ 3,0 bilhões, o que representa 30,27% da Receita Líquida de impostos e transferências, ultrapassando o limite constitucional de 25%.

TABELA XIII – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 2010-2011

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO			
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO		LIMITE CONSTITUCIONAL
	2011	2010	
	EM MIL REAIS		
TOTAL DAS RECEITAS COMPATÍVEIS em MDE	10.014.040	8.863.137	
LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO em MDE (25%)	2.503.510	2.215.784	
DESPESAS REALIZADAS em MDE	3.031.391	2.631.000	
% APLICADO NO MDE	30,27%	29,68%	25,00%

Fonte: SIAC/SIGGO

Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em 2011 foi realizada despesas no valor de R\$ 1,29 bilhão, R\$ 22,7 milhões acima da receita mínima de aplicação de R\$ 1,27 bilhão. Foi, portanto, atendido com folga o limite mínimo de 60% a ser aplicado com o pagamento de profissionais do magistério da educação básica, com um percentual expressivo de 93,13%.

TABELA XIV – VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO 2010-2011

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO FUNDEB			
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO		
	2011	2010	LIMITE
	RECEITA MÍNIMA DE APLICAÇÃO NO FUNDEB	1.270.144	1.127.443
LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (60%)	762.086	676.466	60,00%
DESPEAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	1.292.810	1.213.172	
PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.182.892	1.071.468	
RESULTADO APURADO NO FUNDEB	22.666	85.729	
% APLICADO NO PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS	93,13%	95,04%	60,00%

Fonte: SIAC/SIGGO

II.III.VI DESPESAS COM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com serviços públicos de saúde, aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que estejam alocadas na função 10 – Saúde e na (função 28 – Encargos Especiais, desde que esteja relacionada ao custeio de pessoal em atividade de saúde) e que estejam alocadas no Fundo de Saúde.

Em 2011, foi destinado para as despesas com saúde, o montante de R\$ 1,63 bilhão, correspondendo a um superávit de R\$ 325 milhões, ultrapassando com folga os recursos mínimos a aplicar de 12% da base estadual e 15% da base municipal estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000, no valor de R\$ 1,3 bilhão.

TABELA XV – SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 2010-2011

APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000			
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO		
	2011	2010	VARIAÇÃO NOMINAL 2011/2010 (%)
	I - RECEITA - BASE DE CÁLCULO ESTADUAL - B.E.	6.569.654.836,12	5.778.239.045,81
II - RECEITA - BASE DE CÁLCULO MUNICIPAL - B.M.	3.439.715.232,23	3.080.865.460,32	11,65
III - RECURSOS MÍNIMOS A APLICAR (12% DA B.E. + 15% DA B.M.)	1.304.315.865,17	1.155.518.504,55	12,88
IV - APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	1.629.306.048,00	1.217.677.767,70	33,80
V - SUPERÁVIT (IV - III)	324.990.182,83	62.159.263,15	422,83

Fonte: SIAC/SIGGO

II.III.VII RESTOS A PAGAR

Ao final do ano de 2010, os Restos a Pagar inscritos totalizaram R\$ 636,1 milhões, dos quais R\$ 90,8 milhões processados e R\$ 545,2 milhões não processados, sendo ao final do exercício de 2011, pagos R\$ 394 milhões e cancelados R\$ 242 milhões.

TABELA XVI – DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR 2011

RESTOS A PAGAR				EM MIL REAIS
ESPECIFICAÇÃO / PODER	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
PROCESSADOS	90.896	18.172	72.723	-
EXECUTIVO	89.894	18.172	71.722	
LEGISLATIVO	1.001	-	1.001	
NÃO PROCESSADOS	545.208	223.841	321.367	-
EXECUTIVO	536.290	222.339	313.951	
LEGISLATIVO	8.918	1.502	7.416	
TOTAL	636.104	242.013	394.090	-

Fonte: SIAC/SIGGO

II.III.VIII RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Ente para que utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, possa honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal), das suas despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender ao serviço da dívida.

O Resultado Primário foi de R\$ 11,8 milhões, superior à meta anual estabelecida na LDO/2011, deficitária em R\$ 358,7 milhões.

TABELA XVII – RESULTADO PRIMÁRIO 2010-2011

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO PRIMÁRIO			Em mil Reais
	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			
	2011	2010	VARIÇÃO NOMINAL 2011/2010 (%)	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	13.075.919	11.797.177	10,84	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	283.001	125.065	126,28	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	13.358.920	11.922.242	12,05	
DESPEAS PRIMÁRIAS CORRENTES	12.349.251	10.842.430	13,90	
DESPEAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	997.875	1.044.192	(4,44)	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	13.347.127	11.886.622	12,29	
RESULTADO PRIMÁRIO	11.793	35.620	(66,89)	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (SUPERÁVIT)	657.654	604.257	8,84	
RESULTADO PRIMÁRIO REAL	669.448	639.876	4,62	

Fonte: SIAC/SIGGO

II.III.IX RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos, ou seja, indica em quanto a dívida de um Ente público aumentou ou reduziu num determinado exercício ou período de tempo.

Em 2011, o resultado nominal foi de R\$ 34,9 milhões negativos, indicando que houve uma redução da dívida neste montante, em relação ao exercício anterior.

TABELA XVIII – RESULTADO NOMINAL 2010-2011

RESULTADO NOMINAL			<i>Em mil Reais</i>
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		RESULTADO NOMINAL
	31/12/2011	31/12/2010	2011 - 2010
I - DÍVIDA CONSOLIDADA	4.234.212	4.043.686	
DÍVIDA CONTRATUAL :	2.461.435	2.278.696	
EM CONTRATOS INTERNA	1.852.550	1.789.261	
EM CONTRATOS EXTERNA	608.885	489.435	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05.05.2000	1.692.157	1.665.877	
PARCELAMENTOS DE DÍVIDA	80.620	99.113	
II - DEDUÇÕES	2.187.352	1.961.925	
ATIVO DISPONÍVEL	2.242.498	1.928.471	
HAVERES FINANCEIROS	99.888	124.350	
(-) RESTOS S PAGAR PROCESSADOS	155.034	90.896	
III - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2.046.859	2.081.761	
IV - DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	2.046.859	2.081.761	(34.902)

Fonte: SIAC/SIGGO

II.III.X DÍVIDA PÚBLICA

Ao final do ano de 2011, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 4,2 bilhões sendo R\$ 1,9 bilhão originários da dívida interna, R\$ 609 milhões da dívida externa, outras dívidas no total de R\$ 80,6 milhões e os precatórios posteriores a maio de 2000, no valor de 1,7 milhões. Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do exercício de 2010, verifica-se que houve um acréscimo da ordem de 4,71%.

TABELA XIX – COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA 2010-2011

ESTOQUE DA DÍVIDA			<i>Em mil Reais</i>
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO		VARIAÇÃO NOMINAL (%)
	2011	2010	
INTERNA	1.852.550	1.789.261	3,54
EXTERNA	608.885	489.435	24,41
OUTRAS	80.630	99.113	(18,65)
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05.05.2000	1.692.157	1.665.877	1,58
TOTAL	4.234.222	4.043.686	4,71

Fonte: SIAC/SIGGO

II.III.XI DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A tabela a seguir demonstra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida – RCL. Ao final de 2011 esta relação correspondeu a 15,92, bem inferior ao limite definido pelo Senado Federal de 200%, ou seja, duas vezes a RCL.

TABELA XX – RELAÇÃO DÍVIDA/RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2010-2011

DÍVIDA CONSOLIDADA					EM MIL REAIS	
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2010		31/12/2011			
	R\$ Mil	% sobre a RCL	R\$ Mil	% sobre a RCL		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2.081.761	18,13	2.046.859	15,92		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	11.485.148		12.859.742			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	22.970	200,00	25.719	200,00		

Fonte: SIAC/SIGGO

II.III.XII OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A tabela a seguir demonstra que o Distrito Federal dispõe de um nível de endividamento baixo, visto que a variação entre as operações de crédito interna e externa e a Receita Corrente Líquida é bem inferior ao limite definido pelo Senado, conforme se verifica que ao final de 2011 esta relação girou em torno de 1,19%, quando o limite definido pelo Senado Federal é de 16%.

TABELA XXI – RELAÇÃO OPERAÇÕES DE CRÉDITO/RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2010-2011

OPERAÇÕES DE CRÉDITO			Em mil Reais	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR		% SOBRE A RCL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	153.229		1,19%	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.859.742			
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.057.559		16,00%	

Fonte: SIAC/SIGGO

II.IV FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FCDF

Muito embora não esteja contabilizado no orçamento do Distrito Federal, é de fundamental importância ter presente o impacto das receitas do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF sobre o desempenho das contas públicas distritais.

Previsto pela Constituição Federal (Art. 21, XVI) e instituído pela Lei nº 10.633/2002, o FCDF tem por finalidade prover os recursos necessários à organização e manutenção da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira para a execução de serviços públicos de saúde e educação.

De natureza contábil, sua execução orçamentária e financeira é realizada pelo Governo Federal, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e, no âmbito do Governo do Distrito Federal, visando uma gestão mais eficaz do Fundo, foi criada, no exercício de 2011, a Coordenação da Despesa Pública e do FCDF, diretamente subordinada à Subsecretaria do Tesouro/Secretaria de Estado de Fazenda do DF.

A gestão financeira do FCDF é realizada pelo Subsecretário do Tesouro, que juntamente com a Coordenação da Despesa Pública e do FCDF, acompanham a execução dos recursos advindos do Governo Federal e os titulares dos órgãos que recebem recursos do FCDF são os respectivos ordenadores de despesas.

TABELA XXII – EVOLUÇÃO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Ano	Pessoal	Custeio	Investimento	Total	Varição (%)
2006	4.834.896.409	383.125.607	39.633.436	5.257.655.452	18,18
2007	5.606.438.469	421.892.428	26.649.205	6.054.980.102	15,17
2008	6.082.314.271	481.915.007	30.920.908	6.595.150.186	8,92
2009	7.005.629.872	466.963.326	131.926.411	7.604.519.609	15,30
2010	7.035.042.086	497.844.675	152.684.563	7.685.571.324	1,07
2011	7.941.914.000	590.533.002	215.824.755	8.748.271.757	13,83
2012	8.815.524.540	781.314.801	371.047.847	9.967.887.188	13,94

Fonte: SIAFI

Em 2011, o Fundo Constitucional registrou crescimento de R\$ 1,062 milhão – variação de 13,83 % em relação a 2010. Note-se que a média de crescimento do fundo é de 12,34 %.

Em que pese a correção do FCDF em 13,83 % em 2011, as despesas decorrentes da contratação de novos profissionais para as áreas de Segurança Pública, Saúde e Educação, mais as resultantes de pressões por reajustes salariais, gerou a seguinte consequência:

- Aumento da participação do Tesouro local nas folhas de pagamento dessas áreas no montante de R\$ 746.737.119, o que representou um acréscimo de 24,59% em relação ao ano de 2010 e comprometeu sobremaneira as demais programações previstas no Orçamento Geral do Distrito Federal. As despesas pagas com recursos distritais alcançaram o total de R\$ 3.784.047.211 em 2011, enquanto que em 2010 o valor foi de R\$ 3.037.310.092.

III. QUESTÕES FEDERATIVAS

As relações federativas no Brasil estão em ebulição. Há pelo menos quatro temas importantes e complexos sendo discutidos ao mesmo tempo: a reforma do ICMS, os novos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados – FPE, a participação de Estados e municípios na receita de royalties do petróleo, e a indexação dos contratos de renegociação das dívidas estaduais com o governo federal.

Não obstante o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), haver instituído uma comissão especial de notáveis com a tarefa de discutir um novo pacto federativo e a relação entre os Estados, Municípios, Distrito Federal e União, uma negociação entre 27 Estados, com interesses conflitantes, dificilmente levará a um consenso. Há, portanto, o risco potencial de que, em cada caso, se forme uma maioria que imporá perdas à minoria, sem preocupação com os impactos da nova legislação sobre a eficiência da economia e a qualidade da gestão pública.

O primeiro passo para tentar resolver essas questões foi dado pelo Governo Federal que, no último dia 5, decidiu apoiar projetos que aliviem o caixa dos governadores e aceitou trocar o indexador usado para corrigir a dívida dos Estados com a União.

As medidas foram anunciadas como contrapartida para tentar aprovar uma resolução em tramitação no Senado que unifica alíquotas do ICMS de produtos importados e pode colocar fim à chamada "guerra dos portos", um dos principais capítulos da "guerra fiscal" travada entre Estados.

Atualmente, cada unidade da federação define uma alíquota diferenciada sobre o comércio de produtos importados. Portos de Estados que oferecem incentivos fiscais se tornaram porta de entrada privilegiada para bens importados, cuja condição permite disputar, com vantagens, o mercado nacional – o que prejudica ainda mais o setor industrial do país.

A Resolução que o governo quer aprovar, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ do Senado, estabelece uma alíquota única de 4% sobre os produtos.

Há resistências de Estados como Espírito Santo e Goiás, que deverão ter perdas.

O acordo anunciado pelo Governo Federal prevê a troca do índice usado atualmente, o IGP-DI mais juros de 6% a 9% ao ano, pela Selic, taxa básica de juros definida pelo Banco Central. A taxa está em 9,75%, com tendência de queda.

O índice usado atualmente, o IGP-DI, varia muito e é fortemente afetado pela variação cambial e por cotações de commodities no mercado internacional. Os Estados culpam o atual índice de correção pelo aumento exponencial da dívida desde a negociação com a União, em 1999. A mudança é um pleito antigo na lista dos governadores. Hoje, o volume devido pelos Estados já ultrapassa R\$ 400 bilhões.

Outra medida que visa a dar mais fôlego aos governadores envolve o apoio do Poder Executivo Federal à Proposta de Emenda Constitucional que estabelece novas regras para a cobrança do ICMS nas operações de compras online.

Pelo acordo anunciado, o imposto sobre essas operações será cobrado também no Estado de destino do produto, e não mais somente no de origem. A maioria dos governadores reclama que os Estados onde estão os centros de distribuição das empresas de venda on-line, como São Paulo e Rio, ficam com todo o ICMS.

Se o acordo prosperar e as medidas entrarem em vigor, ainda assim restarão a partilha dos royalties do petróleo e a definição de um novo critério para rateio do FPE.

A partilha dos royalties, que se transformou na “guerra do óleo” ao contrapor os interesses de Estados Produtores, Não Produtores e da União, pode ir parar no Supremo Tribunal Federal – STF.

Aliás, cumpre destacar que a judicialização de questões federativas já não se constitui mais em novidade. A própria definição de um novo critério para rateio do FPE foi imposta ao Congresso Nacional pelo STF, que declarou a inconstitucionalidade da fórmula atual de distribuição horizontal do FPE e exigiu a definição de uma nova fórmula a vigorar no início de 2013.

IV CONCLUSÕES

A análise dos aspectos conjunturais que marcaram o contexto macroeconômico do Distrito Federal em 2011 nos remete às seguintes conclusões:

Embora ainda possam sofrer ajustes até a divulgação oficial das Contas Regionais pelo IBGE, as estimativas para 2011 mostram que o PIB-DF a preço de mercado cresceu 2,4% frente ao resultado de 2010, acumulando R\$ 161,4 bilhões.

Esse resultado confirma a peculiaridade da economia distrital, que tende a apresentar um comportamento mais estável do que o verificado no âmbito nacional. Em outras palavras, enquanto a economia brasileira retraiu 0,6% em 2009, o Distrito Federal crescia 1,9%. Em 2010, o PIB-Brasil cresceu 7,5% e o PIB-DF apenas 3,5%. Já em 2011, enquanto a economia nacional cresceu 2,7%, a do Distrito Federal teve uma expansão de 2,4%.

O desempenho da economia local permitiu a realização, em 2011, de uma Receita Total de R\$ 13,859 bilhões contra uma Despesa Total empenhada de R\$ 13,808 bilhões.

Dentre as Receitas realizadas, compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, destaca-se o comportamento da Receita Tributária, com uma participação de 67,58%. Em seguida, aparecem as Transferências Correntes, com 10,08% do total.

O ICMS, com 53,47% da Receita Tributária realizada, foi o imposto que mais arrecadou. Entre as Transferências Correntes destacam-se os Recursos para o Sistema Único de Saúde – SUS, com uma arrecadação de R\$ 527,1 milhões.

Em relação às Despesas Empenhadas, o grupo “Pessoal e Encargos Sociais” atingiu 58,97% da participação no total realizado no período. Em seguida, aparecem “Outras Despesas Correntes”, com 30,47%.

As despesas com Pessoal, com o índice de 46,10% da Receita Corrente Líquida, se mantiveram dentro dos limites legais permitidos pela LRF.

Os Restos a Pagar inscritos totalizaram R\$ 636,1 milhões, sendo R\$ 90,895 milhões Processados e R\$ 545,207 milhões Não Processados. Do total inscrito, foram pagos R\$ 394 milhões e cancelados R\$ 242 milhões.

O Resultado Primário foi de R\$ 11,793 milhões, superior à meta estabelecida na LDO/2011, que previa déficit de R\$ 467 milhões.

Os limites referentes à Dívida Consolidada Líquida e as Operações de Crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente.

A despeito do cenário apresentado – aumento das receitas tributárias, na ordem de 12,13%; despesas de pessoal dentro do limite prudencial e o resultado primário positivo – a frustração da arrecadação de receitas com operações de crédito; o aumento das despesas de pessoal (18,69%) e de outras despesas correntes (5,64%) contribuíram para que os investimentos do Governo, previsto no PPA/2011, ficassem, em grande parte, prejudicados, mantendo-se na casa dos 7%, que corresponde a média dos últimos anos. Situação esta, que será demonstrada na Segunda Etapa da Avaliação do PPA/2011, em 30 de junho de 2012.

Por fim, cumpre ter presente o delicado e tenso momento em que se encontram as relações federativas no Brasil, o que exige do Distrito Federal atuação firme em defesa de seus interesses. Destaque-se o fato de, neste momento, pelo menos quatro temas importantes e complexos estarem sendo discutidos no Congresso Nacional: a reforma do ICMS, os novos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados – FPE, a participação de Estados e municípios na receita de royalties do petróleo, e a indexação dos contratos de renegociação das dívidas estaduais com o governo federal.

V. ANEXO - VARIAÇÃO DO PIB (BRASIL X DISTRITO FEDERAL)

Tabela 01: Variação em volume e valor corrente dos componentes do Produto Interno Bruto sob a ótica da produção – Brasil e Distrito Federal – 2010-2011

Atividades Econômicas	Variação em Volume (%)						Valor corrente (R\$ milhão)					
	Brasil			Distrito Federal			Brasil			Distrito Federal		
	2009 ¹	2010 ²	2011 ²	2009 ¹	2010 ³	2011 ³	2009 ¹	2010 ²	2011 ²	2009 ¹	2010 ³	2011 ³
Agropecuária	(3,1)	6,3	3,9	65,2	(18,6)	24,5	157.232	171.177	192.654	542	571	644
Indústria	(5,6)	10,4	1,6	0,4	8,5	3,0	749.699	905.852	972.156	7.657	8.929	9.627
Indústria extrativa mineral	(3,2)	13,6	3,2	6,0	63,1	1,6	51.065	95.886	143.924	27	50	75
Indústria de Transformação	(8,7)	10,1	0,1	(3,3)	7,3	2,1	465.264	523.617	515.441	2.276	2.478	2.445
Construção civil	(0,7)	11,6	3,6	1,3	9,6	3,6	146.783	182.478	204.066	4.510	5.423	6.079
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	0,9	8,1	3,8	5,1	3,6	1,8	86.587	103.873	108.723	844	979	1.027
Serviços	2,1	5,5	2,7	3,9	3,2	2,2	1.887.448	2.150.151	2.366.062	108.251	119.980	132.300
Comércio e serviços de manutenção e reparação	(0,4)	10,9	3,4	(2,3)	7,7	4,4	378.137	404.007	446.606	7.592	7.845	8.694
Transporte, armazenagem e correio	(3,6)	9,2	2,8	0,6	8,2	2,8	134.232	161.936	180.998	2.682	3.130	3.507
Serviços de informação	0,8	3,7	4,9	0,3	3,3	2,4	99.741	103.978	107.589	3.857	3.889	4.034
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	7,8	10,0	3,9	15,2	6,0	3,1	202.216	242.410	262.481	10.857	12.589	13.665
Atividades imobiliárias e aluguel	2,6	1,7	1,4	5,1	2,7	3,0	233.757	252.823	278.402	6.902	7.221	7.971
Administração, saúde e educação públicas	3,0	2,3	2,3	3,0	2,1	2,0	456.426	522.776	576.542	64.460	71.413	78.955
Outros serviços 4	2,9	3,7	2,3	3,2	2,7	0,9	382.939	462.220	513.445	11.901	13.894	15.473
Valor Adicionado Bruto a preços básicos	(0,3)	6,9	2,5	3,9	3,4	2,4	2.794.379	3.227.180	3.530.872	116.450	129.480	142.570
(+) Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	(0,3)	11,7	4,3	4,7	4,5	2,4	445.025	542.904	612.142	15.038	17.095	18.902
Produto Interno Bruto a preços de mercado	(0,3)	7,5	2,7	4,0	3,5	2,4	3.239.404	3.770.085	4.143.015	131.487	146.575	161.472

IV. Fonte: IBGE e CODEPLAN. Dados preliminares elaborados pela CODEPLAN

V. 1 Dados definitivos.

VI. 2 Contas Trimestrais do Brasil – Dados acumulados nos quatro trimestres.

VII. 3. Dados Preliminares.

VIII. 4. Alojamento e alimentação: serviços prestados às famílias e associativos; serviços prestados às empresas; saúde educação mercantis e serviços domésticos.